

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.631 - SP (2019/0312782-3)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO ROSA DA SILVA
ADVOGADO : ROBSON THEODORO DE OLIVEIRA - SP175073

DESPACHO

O Tribunal de origem concedeu à parte autora o benefício de auxílio-doença, fixando o seu termo inicial na data da citação e acrescentando que "o fato de o autor possuir recolhimentos posteriores ao termo inicial não impede à concessão do benefício em comento, tendo em vista que muitas vezes o segurado, ainda que incapacitado, objetiva manter sua condição de segurado, não se cogitando sobre eventual desconto do período em que verteu contribuições à Previdência Social".

O Recurso Especial do INSS não foi admitido na origem, com fundamento na Súmula 7/STJ, sobrevivendo o presente Agravo, no qual se alega que a questão dos autos não demanda o reexame de fatos e provas.

A controvérsia de fato é estritamente jurídica, tendo a autarquia defendido, no Recurso Especial e nos Embargos de Declaração, que, "após o termo inicial fixado para a concessão do benefício incapacitante, exerceu ainda a parte autora atividade laborativa, não podendo, por conseguinte, ser pago o citado benefício nesse período sob pena de violação aos artigos 42, 43, parágrafo 1º, "a", 46, 59 e 60, da Lei 8.213/91 e ao artigo 48 do Decreto 3048/99".

A matéria foi submetida à sistemática do art. 1.036, § 5º, do CPC/2015 (Tema 1.013), delimitando-se a controvérsia nos seguintes termos: **"Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício"**.

Consigne-se que foram excluídas dessa afetação duas hipóteses: "a) o segurado está recebendo benefício por incapacidade regularmente e passa a exercer atividade remunerada incompatível; e b) o INSS somente alega o fato impeditivo do direito (o exercício de trabalho pelo segurado) na fase de Cumprimento da Sentença". Nenhuma das situações se verifica no caso, uma vez que o Juízo *a quo*, em processo de conhecimento, afastou a possibilidade de se descontar do benefício o período em que a parte autora verteu contribuições à Previdência Social.

Ante o exposto, **dou provimento ao Agravo e, convertendo-o em Recurso Especial, determino desde já a devolução dos autos, com a respectiva baixa, ao Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que vier a ser decidido pelo Superior**

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator